

## **EDUCAÇÃO, PRODUTIVIDADE E CAPITAL HUMANO: o pensamento sobre indivíduo como espaço de investimento e críticas**

Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves  
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6430-4749>

**RESUMO:** O paradigma que trata a perspectiva econômica da educação é conhecido por Teoria do Capital Humano (TCH). Relativizando esse modelo, elogios e críticas evidenciam seu alcance. O foco deste trabalho está na análise histórica da TCH, seus elementos constituintes e as suas primeiras críticas; ressaltando o papel que a escola assumiu nesse contexto. Partiu-se da análise bibliográfica de autores da ortodoxia clássica e autores críticos à teoria. Os resultados apontam que a natureza do programa de pesquisa em capital humano é estritamente liberal clássica, fundada em Adam Smith (1775); mas permaneceu adormecida, tendo seus estudos retomados na década de 1950, nos Estados Unidos pelos economistas ultraliberais Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz. Os referidos estudiosos consideram que as fontes de capital humano podem ser de cunho geral (escolarização, entorno familiar e social) e específico (experiência da vida profissional e cursos profissionalizantes). Identificou-se que apesar da abordagem ultraliberal ser a predominante, a corrente crítica defende que mais capital humano, não garante inserção virtuosa no mercado de trabalho. Já os teóricos defensores argumentam que mais capital humano aumenta a empregabilidade. Entende-se que, atualmente, não há mais garantias efetivas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho à lá TCH.

**Palavras-chave:** Teoria do Capital Humano; Trabalho. Educação. Teoria Crítica.

## **EDUCATION, PRODUCTIVITY AND HUMAN CAPITAL: thinking about the individual as a space for investment and criticism**

**ABSTRACT:** The paradigm that deals with the economic perspective of education is known as Human Capital Theory (HCT). Relativizing this model, praise and criticism show its reach. The focus of this work is on the historical analysis of the TCH, its constituent elements and its first criticisms; emphasizing the role that the school assumed in this context. It started with a bibliographical analysis of authors of classical orthodoxy and authors critical of the theory. The results indicate that the nature of the human capital research program is strictly classical liberal, founded on Adam Smith (1775); but it remained dormant, having its studies resumed in the 1950s in the United States by ultraliberal economists Gary Becker, Jacob Mincer and Theodore Schultz. Those scholars consider that the sources of human capital can be of a general nature (schooling, family and social environment) and specific (professional life experience and professional courses). It was identified that despite the ultraliberal approach being the predominant one, the critical current argues that more human capital does not guarantee virtuous insertion in the labor market. Supporting theorists argue that more human capital increases employability. It is understood that, currently, there are no more effective guarantees for the insertion of individuals in the job market beyond TCH.

**Keywords:** Human Capital Theory; Work. Education. Critical Theory

## **EDUCACIÓN, PRODUCTIVIDAD Y CAPITAL HUMANO: pensar al individuo como espacio de inversión y crítica**



**RESUMEN:** El paradigma que aborda la perspectiva económica de la educación se conoce como Teoría del Capital Humano (HCT). Relativizando este modelo, los elogios y las críticas muestran sus alcances. El foco de este trabajo está en el análisis histórico de la TCH, sus elementos constitutivos y sus primeras críticas; destacando el papel que asumió la escuela en este contexto. Se partió de un análisis bibliográfico de autores de la ortodoxia clásica y autores críticos de la teoría. Los resultados indican que la naturaleza del programa de investigación de capital humano es estrictamente liberal clásica, fundada en Adam Smith (1775); pero permaneció inactivo, y sus estudios se reanudaron en la década de 1950 en los Estados Unidos por los economistas ultraliberales Gary Becker, Jacob Mincer y Theodore Schultz. Esos estudiosos consideran que las fuentes del capital humano pueden ser de carácter general (escolaridad, entorno familiar y social) y específicas (experiencia de vida profesional y cursos profesionales). Se identificó que a pesar de ser predominante el enfoque ultraliberal, la corriente crítica sostiene que más capital humano no garantiza una inserción virtuosa en el mercado laboral. Los teóricos de apoyo argumentan que más capital humano aumenta la empleabilidad. Se entiende que, en la actualidad, no existen garantías más efectivas para la inserción de las personas en el mercado laboral más allá de la TCH.

**Palabras clave:** Teoría del Capital Humano; Trabajar. Educación. La teoría crítica

## 1. INTRODUÇÃO

Desde os meados do século XX, o fator de produção trabalho tem sido alvo de muitos estudos e suas críticas. Para os estudiosos da Teoria do Crescimento Econômico, o investimento internacional em países pobres estava fadado ao fracasso, uma vez que a produtividade do trabalho nesses países é menor do que em países ricos devido a quantidade e qualidade do capital humano (MANKIWI, 1992). Nessa perspectiva, o nível de capital humano seria expresso em indivíduos com maior educação, saúde e conhecimento, pois são características de indivíduos mais habilidosos e produtivos. Partindo dessa premissa, o investimento nos seres humanos seria uma alternativa de ‘correção’ da distorção da trajetória de crescimento das economias, à partir do investimento em capital humano, ou seja, nas habilidades dos indivíduos.

Dessa forma, as políticas nacionais que atuam na construção e melhoramento de estoque de capacidades físicas e psicológicas dos seres humanos e seu aproveitamento no processo produtivo são amparadas em resultados de testes e medidas, através de funções matemáticas/econométricas (MANKIWI, 1992). Grande parte do crédito pelo uso dessas funções pode ser atribuída a estudiosos ligados à



tradição ortodoxa clássica/neoclássica da Ciência Econômica, que consolidaram o uso das funções matemáticas para medir o nível de Capital Humano e explicar a importância do uso do fator de produção trabalho como fonte do crescimento econômico.

A parte da literatura que estuda o ‘investimento nos indivíduos’ é denominada de Economia da Educação. Fora do escopo tradicional que lida com a disciplina (as licenciaturas e educadores), a perspectiva econômica da educação tem assumido atualmente a hegemonia no assunto. Segundo Ramos (2015, p. xii),

O sistema escolar é assumido no dia a dia, como um espaço que delimita as possibilidades de crescimento da economia, determina o perfil da distribuição de renda entre assalariados, define o leque de empregos e salários que o indivíduo terá em sua vida ativa, explica a pobreza e sua reprodução entre gerações [e] pauta o perfil de trabalhadores que a estrutura produtiva terá a sua disposição.

Nesse sentido, o paradigma teórico que trata sobre a perspectiva econômica da educação é conhecida por Teoria do Capital Humano (TCH). Relativizando esse modelo, elogios e críticas evidenciam o alcance da Teoria. Dentro desse embate, muita produção acadêmica acerca da importância e do limite da TCH foi realizada, culminando com a derivação de estudos em outras vertentes, como por exemplo, a ‘*skill-biased technological change*’ (Mudanças Tecnológicas Enviesadas, Tradução Livre) e a mais recente, ‘Teoria do Capital Social’ (MOTTA, 2007). O presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca da história da TCH, seus elementos constituintes e o surgimento das primeiras críticas sobre a visão de investimento em seres humanos, ressaltando o papel que a escola assumiu dentro deste campo da pesquisa. Destaca-se que não é intenção deste trabalho analisar e discutir a Teoria em si, pois a maior lição que se pretende alcançar é conhecer a origem, os principais elementos e as críticas que a mesma recebe.

Dessa forma, para alcançar a proposta deste trabalho, usou-se a pesquisa bibliográfica. A mesma foi desenvolvida em 2 etapas: A primeira buscou realizar uma revisão de literatura do lado *mainstream* para apresentar a história do programa de pesquisa em capital humano, denominado de Teoria do Capital Humano e a base teórica da ideia de investimentos em indivíduos. Esta etapa focou em textos como Mincer (1958); Schultz (1961); Becker (1962); Mankiw (1992), Smith (1996), Ramos (2015), entre outros. A segunda etapa buscou realizar uma segunda revisão da literatura, porém tendo como fonte de análise autores que realizam críticas à Teoria, destacando as mudanças que o papel da escola assumiu para dar sustentação às



bases teóricas da idéia de investimentos em indivíduos. Esta etapa fiou a cargo de textos como os de Blaug (1975 e 1993); Frigotto (1986); Gentilli (2002); Motta (2007), Almada Lima (2004) entre outros.

Por fim, o presente trabalho está organizado em três partes, além desta introdução e conclusão. Na primeira parte, tem-se a apresentação das inspirações teóricas, desde as clássicas, da literatura econômica para a emergência da Teoria do Capital Humano. A segunda traz a apresentação sobre os primeiros estudos do programa de pesquisa em investimentos em indivíduos. E por fim, a terceira realiza uma abordagem crítica sobre os investimentos em capital humano, sobretudo, no que se refere ao papel da educação.

## **2. AS INSPIRAÇÕES TEÓRICAS PARA O PROGRAMA DE PESQUISA EM CAPITAL HUMANO**

De forma complementar e independente, Gary Becker e seus colegas da Universidade de Chicago, Jacob Mincer e Theodore Schultz, conhecidos por seu ultraliberalismo, foram os que desenvolveram e popularizaram a Teoria do Capital Humano (PIKETTY, 2015). Contudo, a preocupação com a produtividade do trabalho relacionada à qualificação do trabalhador no processo produtivo já fazia parte da pauta dos escritos econômicos clássicos. Segundo Blaug (1975, p. 2), “A educação hoje em dia é um lucrativo investimento privado”, porém, até a década de 1950 essa constatação não era compreensível. “Isso é o que há de mais surpreendente”, (BLAUG, 1975, p.2) já que a idéia básica é a equiparação de investimentos pela lógica dos retornos, seja em acúmulo de habilidades (capital humano), seja em máquinas (capital físico).

Apesar de ser relativamente recente, essa ideia já havia sido retratada em 1776, há mais de dois séculos por Adam Smith, no seu livro ‘A Riqueza das Nações’. No entanto, nos primórdios da economia, não se encontrava bases analíticas comuns de pesquisas entre economia de mão de obra e de serviços sociais, como educação, saúde e moradia. A primeira e essencial constatação abstraída por Adam Smith foi que a divisão de tarefas [trabalho] aprimora as forças produtivas do trabalhador dando-lhes destreza, habilidade e bom senso (SMITH, 1996). Ora, sendo a divisão do trabalho o propulsor da produtividade, seus produtos



intermediários seriam a destreza e a habilidade, que por sua vez produziriam maiores vantagens na produção/produtividade.

Seguindo a visão de Smith (1996), admitindo que o trabalho torna-se mais produtivo quando submetido à fragmentação, o aprendizado deste é imprescindível para que haja de fato rendimentos maiores das forças produtivas utilizadas nesse processo de produção. O rendimento anunciado aqui é exposto por Smith tanto na perspectiva de que um maior “aprimoramento da destreza do operário aumenta a quantidade de serviço que ele pode realizar” (SMITH, 1996, p. 68), como na perspectiva de salários maiores por parte do trabalhador especializado em detrimento a salários menores por parte de trabalhadores comuns. Nos dois sentidos, um trabalhador educado é uma espécie de máquina dispendiosa, que nele lhes é aplicado um determinado investimento, para que posteriormente, haja a recuperação do capital investido:

Quando se instala uma máquina cara, deve-se esperar que o trabalho extraordinário a ser executado por ela antes que se desgaste permita recuperar o capital nela investido, no mínimo com o lucro normal. Uma pessoa formada ou treinada a custo de muito trabalho e tempo para qualquer ocupação que exija destreza e habilidade extraordinárias pode ser comparada a uma dessas máquinas dispendiosas. Espera-se que o trabalho que essa pessoa aprende a executar, além de garantir-lhe o salário normal de um trabalho comum, lhe permita recuperar toda a despesa de sua formação, no mínimo com os lucros normais de um capital do mesmo valor. E isso deve acontecer dentro de um prazo razoável, levando-se em conta a duração muito incerta da vida humana, da mesma forma como se leva em conta a durabilidade mais certa da máquina (SMITH, 1996, p.149).

Segundo Blaug (1975), parecia um início promissor para os estudos de investimentos em educação, mas, em sua opinião, o teórico Alfred Marshall, em seu livro ‘Princípios de Economia’ lançado em 1890, ‘matou’ todo interesse pelo problema dentro da discussão ortodoxa, quando rejeitou e caracterizou como irrealista “a ideia de incluir as habilidades adquiridas de uma população na medida da ‘riqueza’ ou ‘capital’ de uma economia” (BLAUG, 1975, p. 3), pois, o pensador afirmou em seu livro que havia poucos problemas práticos para a economia em relação ao princípio que relaciona as despesas com educação dos filhos e sua alocação entre família e Estado, enveredando seus estudos para outros temas. Entretanto, deve-se ressaltar que Alfred Marshall aceitou a ideia de Adam Smith, que um trabalhador educado pode ser comparado com uma máquina, e pessoas mais educadas tendem a ganhar mais em relação às que carecem de educação. Smith e Marshall [e mais tarde Irving Fisher] produziram claramente uma



aproximação dos estudos onde educação e treinamento podem ser encarados como um tipo de investimento indivíduos, análogo a capital humano (BLAUG, 1975).

Assim, passados quase dois séculos, a primeira vez que a metáfora ‘capital humano’ e a divulgação de seu conceito foram utilizadas entre os economistas modernos, ocorreu com Theodore William Schultz em seu discurso presidencial à *American Economic Association* em 1960. Este episódio seria uma espécie de anúncio da teoria [seu ‘nascimento efetivo’ teria ocorrido em 1962 com Gary Stanley Becker]. Schultz desempenhou um papel crucial na coordenação do desenvolvimento de pesquisas em capital humano em seus estágios iniciais. Segundo Monteiro (2016, p. 45), o trabalho de Schultz, iniciado na década de 1950, tem “demonstrando o alcance da teoria do capital humano através da aplicação não apenas à escolaridade e formação, mas também em termos de migração, saúde, crescimento econômico e seus beneficiários sociais”. Ele também foi responsável por liderar pesquisas relacionadas à demografia, agricultura e ao capital educacional. Seus trabalhos sobre a agricultura e o desenvolvimento colocavam a ideia de investimento em capacitação humana no centro do seu pensamento. Para o autor, capital humano representa a aquisição de todas as habilidades e conhecimentos úteis, que é parte do investimento deliberado (MONTEIRO, 2016).

Por ser um membro muito respeitado na época, com fortes ligações entre organizações de financiamento públicas e privadas, Schultz usaria essas conexões para a sensibilização da importância dos estudos em investimentos na formação e educação, colocando o capital humano em alta nas suas pesquisas e formulação de políticas de diversas organizações (MONTEIRO, 2016). A importância de seus trabalhos foi ampliada pelas pesquisas de Gary Stanley Becker e Jacob Mincer. Em 1979, veio o reconhecimento da grande contribuição de Schultz à Teoria do Capital Humano, quando recebeu juntamente com Arthur Lewis o prêmio Nobel em Economia, através de estudos acerca dos problemas do desenvolvimento econômico em países pobres com um grande contingente de mão de obra que possui educação precária (MLA, 2022).

Outro economista muito importante para as pesquisas em capital humano foi Jacob Mincer. Sua tese de doutorado, publicada no *Journal of Political Economy* em 1958, é considerada uma grande contribuição sistemática [se não a primeira] à emergência da Teoria do Capital Humano. Em seu trabalho há a abordagem empírica de várias características dos assalariados (ocupação, educação, indústria,



idade e sexo) e a proposta de usar o investimento em educação e formação [o termo capital humano ainda não estava em vigor] como um princípio explicativo à distribuição de renda (MINCER, 1958). Apesar das contraposições de alguns colegas economistas da época, Mincer (1958) afirmou a necessidade da abordagem neoclássica, ortodoxa, pautadas na teoria da escolha racional. Para ele, a escolha ocupacional era um ato racional e livre, atribuindo o significado que as diferenças de renda eram um resultado natural e inevitável pela compensação das vantagens e desvantagens associadas a cada ocupação e suas exigências de formação. Seus inspiradores teóricos foram Alfred Marshall, Irving Fisher e especialmente Milton Friedman (TEIXEIRA, 2007).

Gary Stanley Becker é o terceiro pensador da época que seguiu os passos de seus antecessores, a saber: Schultz e Friedman da Universidade de Chicago, na abordagem do investimento em indivíduos e também desenvolveu muitas pesquisas juntamente com Mincer na Universidade de Columbia. Apesar de Schultz ter sido o ‘anunciante’ da teoria do capital humano, foi Becker que ‘promoveu’ o nascimento do termo, quando em 1962, publicou no periódico *Journal of Political Economy* um artigo intitulado ‘*Investment in human capital: a theoretical analysis*’, tanto este artigo citado, como sua monografia (*Human Capital* – 1964), têm sido “o *locus clássicus* do assunto” (BLAUG, 1993, p. 285). Becker trabalhava no intuito de analisar a aplicação da teoria econômica a questões sociais, como por exemplo, analisar os efeitos do preconceito sobre o salário, o emprego e as ocupações das minorias, coisa que em seu tempo, tal prática era vista com muita antipatia pelos economistas mais tradicionais. Contudo, os mais jovens encaravam a análise com muita receptividade (MONTEIRO, 2016).

Dessa forma, Becker, em suas pesquisas sobre capital humano, desenvolveu um método de análise do comportamento humano (BLAUG, 1993; MONTEIRO, 2016). O fio condutor do método é a abordagem econômica do comportamento humano, com uma tentativa de explicar, através dos pressupostos da economia neoclássica, o comportamento humano como resultado das escolhas, perspectivas, posturas, racionalidade e preferências individuais orientadas pela maximização da utilidade e limitadas pela renda, tempo e oportunidades. Apesar de todas as críticas e controvérsias da época entre os economistas neoclássicos/ortodoxos e economistas heterodoxos, bem como os cientistas sociais, a abordagem econômica do comportamento humano de Gary Becker seguiu suportando as críticas e



prosperando e, em 1992, ele foi Nobel em economia . O programa de pesquisa em investimentos em indivíduos progrediu e se tornou uma teoria amplamente conhecida nos mais diversos campos de estudo, como Teoria do Capital Humano.

### **3. O PROGRAMA DE PESQUISA EM INVESTIMENTOS NOS INDIVÍDUOS**

Conforme foi visto, Gary Becker é considerado por muitos como o pai da Teoria do Capital Humano (TEIXEIRA, 2007; RAMOS, 2015 E MONTEIRO, 2016), dada sua participação no estabelecimento do termo 'Capital Humano'. Segundo Becker (1962), melhorar as habilidades físicas e mentais das pessoas aumenta a perspectiva de sua renda real. Tais melhorias advêm de atividades que incidem no bem-estar, as quais afetam o homem tanto no presente, quanto no futuro.

As atividades elencadas por Becker (1962) incluem a escolaridade, o treinamento no trabalho, os cuidados médicos, o consumo de vitaminas e a aquisição de informações sobre o sistema econômico como fontes de Capital Humano. Segundo Becker (1962), essas atividades diferem dos efeitos relacionados ao lucro, ao consumo, na quantidade de recursos investidos, no tamanho dos retornos e na extensão em que se percebe a conexão entre investimento e retorno. Entretanto, o mesmo considera que é inegável que todas melhoram as habilidades físicas e mentais dos indivíduos aumentando as perspectivas de renda.

Em seu trabalho pioneiro sobre a Teoria do Capital Humano, Becker (1962) buscou investigar vários fenômenos relacionados ao mercado de trabalho e o fator humano deste componente. Entre estes fatores estão: 1) se a renda aumenta com a idade a uma taxa decrescente; 2) se a taxa de aumento ou decréscimo da renda está relacionada positivamente ao nível de qualificação/habilidades; 3) se a taxa de desemprego tende a ser negativamente relacionada com o nível de habilidade; 4) se o paternalismo das empresas em relação aos seus empregados está mais presente em países em desenvolvimento do que em desenvolvidos; 5) se os jovens mudam de emprego de forma mais frequente e recebem mais escolaridade e formação no local de trabalho do que os idosos; 6) se a distribuição dos ganhos é positivamente distorcida, especialmente entre profissionais e outros trabalhadores qualificados; 7) se as pessoas mais ricas receberam mais educação e outros tipos de treinos do que as demais; 8) se a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado e, por fim 9) se o investidor típico em capital humano é mais impetuoso e, portanto, mais



propenso a errar do que o típico investidor no capital tangível (BECKER, 1962). Nesse sentido, os nove fatores foram abordados de formas agrupadas em quatro temas, no trabalho de Becker, os quais ficaram divididos em: a) Formação no local de trabalho; b) investimento na escolarização; c) investimentos na informação e d) investimentos na saúde (BECKER, 1962).

Ao analisar a 'formação no local de trabalho' – *on the job training* –, Becker (1962) traz que este é um importante fator que implica, de forma considerável, o aumento da produtividade do trabalho. Pois, muitos trabalhadores aumentam sua produtividade aprendendo novas habilidades e aperfeiçoando as antigas enquanto estiverem no trabalho, sendo esta aprendizagem diferente da formação escolar, pois o investimento é feito no trabalho, e não numa instituição de ensino (BECKER, 1962). No pensamento do autor, a escola é uma importante instituição empenhada na produção de conhecimento, mas é insuficiente, pois, alguns tipos de conhecimento podem ser mais bem dominados se forem simultaneamente relacionados ao problema prático, ou seja, o desenvolvimento de certas qualificações requer tanto especializações como experiência e pode ser obtidas em parte na empresa, e em parte na escola. Assim, percebe-se a importância que o desenvolvimento de habilidades relacionadas à prática no trabalho tem para a análise de Becker (1962), pois este vê empresa e escola como elementos complementares para a construção do conhecimento do trabalhador.

Ainda na concepção de Becker (1962), outra maneira de investir em capital humano é melhorar a saúde emocional e física dos trabalhadores mediante salários produtivos, isto é, promovendo uma melhoria nas condições de trabalho, salários mais altos, pausas para café e assim por diante. A saúde emocional é cada vez mais considerada como um determinante importante dos ganhos, assim como uma melhor dieta alimentar que adiciona força e resistência no corpo humano, culminando em ganhos de capacidade e produtividade do trabalhador (BECKER, 1962).

Jacob Mincer, outro teórico que representa um dos pioneiros na abordagem dos métodos em pesquisa de investimento capital humano, dedicou-se aos estudos da relação entre a distribuição de renda e os investimentos nas pessoas, tanto nos aspectos individuais, como no contexto familiar (TEIXEIRA, 2007). As principais análises de Mincer (1958), estão ligadas a questões como: a) migração, sendo esta uma forma de mobilidade profissional para readaptação e renovação de habilidades;



b) a importância do capital humano para a análise do desemprego; c) os efeitos do progresso tecnológico no mercado de trabalho; d) as mudanças no emprego e, e) a formação *on-the-job*.

Mincer (1958) também defendia que a mobilidade deve ser interpretada de acordo com a fase do ciclo da vida. Para ele, a mobilidade antecipada não reflete um indicativo sobre investimento em capital humano, mas, sim, como resultado por uma maior intensidade nos ganhos salariais. Ademais, de acordo com Teixeira (2007), as pesquisas de Mincer também estimularam o aprofundamento de outras áreas que foram exploradas posteriormente, como por exemplo: a importância da educação em casa para o desenvolvimento de habilidades naturais, o investimento em idade tenra e a herança do capital humano que os filhos herdam de seus pais, de acordo com o nível de renda, local de moradia, experiências de emprego, cultura e instrução (TEIXEIRA, 2017).

Ao longo de sua carreira, Mincer seguiu explorando as múltiplas implicações do capital humano até os dias próximo ao seu falecimento em 2006. Segundo Teixeira (2017), Mincer utilizou um quadro básico para explicar várias questões da análise do mercado de trabalho, proporcionando assim ao capital humano um papel central e unificador na explicação do comportamento individual do trabalhador no mercado de trabalho. Um resumo do que estuda o programa de pesquisa em capital humano, representado pelos três pensadores, Schultz, Becker e Mincer, pode ser elencado nos seguintes itens: “procura por emprego, migração, assistência médica, educação, obtenção de informações e treinamento profissional’ (BLAUG, 1993, p. 289).

Por fim, ressaltasse que o programa de pesquisa em capital humano foi desenvolvido no contexto norte-americano entre os anos 1950 e 1970, durante o boom econômico do modelo fordista-keynesiano. Nesse contexto, predominava-se a presença de educação e saúde privadas, e a ausência de esquemas de treinamento de mão de obra patrocinada pelo governo (BLAUG, 1975), portanto, tais situações deram apoio à ênfase da Teoria aplicada a lógica do setor privado. Com o desenvolvimento e aprimoramento do programa de pesquisa em capital humano, outros tipos de variáveis, fontes e benefícios do investimento em indivíduos foram sendo incluídas no campo de pesquisa, para continuar na identificação do conjunto de fatores que podem contribuir para o aumento no capital

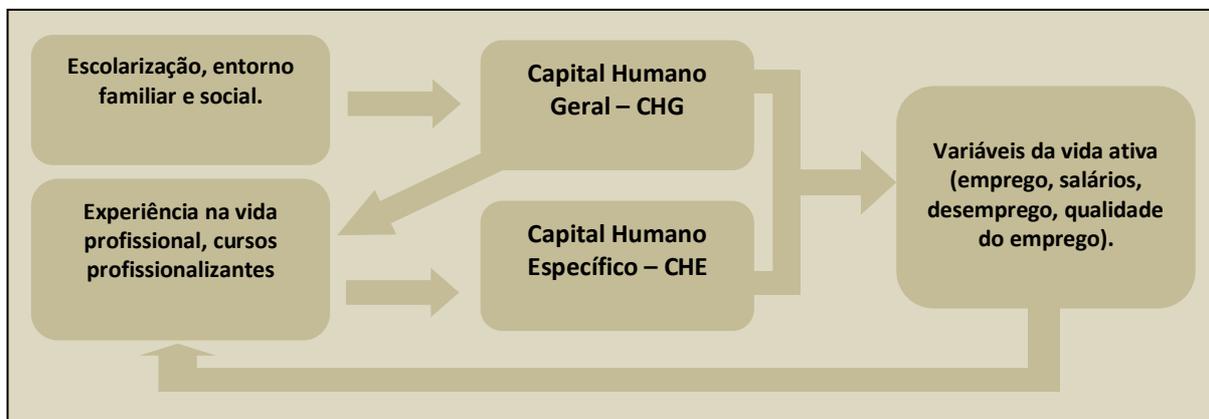
humano, além das fontes tradicionais como educação formal e a formação profissional.

#### 4. A EDUCAÇÃO COMO INVESTIMENTOS EM INDIVÍDUOS E SUAS CRÍTICAS

Conforme anunciaram os pioneiros do programa de pesquisa em Capital Humano, uma pluralidade de fontes nutre a sua formação. Trata-se de um conjunto de qualidades, cognitivas ou não, sociais, econômicas entre outras, que o indivíduo adquire ao longo da vida cuja interação é capaz de tornar factível o aumento da produtividade dos seres humanos (MINCER, 1958; SCHULTZ, 1961; BLAUG, 1993 E RAMOS, 2015).

Para Schultz (1961), a aquisição de capital humano e sua formação se classificam em dois ramos: Capital Humano Geral (CHG) e Capital Humano Específico (CHE). Segundo Ramos (2015), os dois tipos de capital humano, CHG e CHE, são complementares e se articulam entre si desde a etapa inicial do ciclo de vida de um indivíduo, conforme pode ser observado na figura 1, abaixo.

**Figura 1:** Capital Humano Geral, Capital Humano Específico, vida ativa e interações



**Fonte:** Ramos (2015, p. 37)

Conforme se nota na figura 1, na classificação de CHG podem estar incluído todos os conhecimentos e habilidades que são de uso comum em quase todas as atividades, sejam elas econômicas ou não. Nesse conjunto de atributos individuais [com maior ou menor sofisticação e extensão] pode ser considerado a leitura, a escrita, o domínio de operações elementares simples, interpretação de textos



básicos, raciocínio abstrato e etc., que variam segundo o nível de escolaridade e têm uma ampla gama de aplicações (RAMOS, 2015).

Ainda sobre o que diz respeito ao CHG, o sistema escolar permite adquirir conhecimentos e habilidades de cunho generalizado. No entanto, a figura 1 também demonstra que questões culturais (atitudes, disciplina, valores, pontualidade, iniciativa etc.), o entorno social (família, amigos), econômico (renda, bairro), somados ao ambiente escolar são singularidades que o indivíduo entra em contato no transcurso de sua vida em diferentes etapas e espaços que interferem em sua personalidade e afetam sua produtividade (RAMOS, 2015).

Já o CHE, por sua vez, representa um tipo de formação que vai sendo acumulada na vida laboral, justamente na execução das tarefas ou em cursos de formação específicos, que vão se acumulando e formando um perfil de habilidades com domínios distintos ligados a tarefas ou postos de trabalho determinados. Na perspectiva de Ramos (2015), o acesso ao posto de trabalho de qualidade (entendido como não precário, regulamentado, remuneração adequada, etc.) oferece melhores perspectivas ao futuro laboral do indivíduo, o inverso também vale.

Portanto, através do esquema reproduzido da literatura de Ramos (2015), presentes na figura 1 e em consonância com a perspectiva dos teóricos precussores da Teoria do Capital Humano, percebe-se que há uma série de variáveis que se interagem, permitindo identificar que o sistema escolar não é o único âmbito onde se acumulam capacidades cognitivas, habilidades, competências e etc., que contribuem para a vida laboral. Schultz (1961), já havia atentado a estes fatores defendendo que a escolaridade e o treinamento no trabalho são elementos complementares, entretanto, o teórico dá maior ênfase ao *'training on-the-job'*.

É nessa mesma perspectiva que a pauta do programa de pesquisa em investimentos em indivíduos também recebe críticas. Uma dessas visões críticas rebate a idéia de que *'investir no capital humano'*, via escolarização ou treinamento dando-lhes acesso aos graus elevados de ensino, haveria uma garantia de ascensão do mesmo a um trabalho qualificado e de níveis de renda cada vez mais elevados e compatíveis com sua escolaridade. Segundo Motta (2007), a visão burguesa do papel econômico da educação reproduz a idéia que basta que o indivíduo esteja qualificado para o mercado que haverá ascensão profissional, mobilidade e a garantia do bem-estar socioeconômico do indivíduo e seus familiares. Para a autora, essa ideia não retrata a realidade.



Nos preceitos de Mincer (1958), a educação de berço era o primeiro contato do indivíduo com suas habilidades naturais. Segundo Schultz (1961), esta é a herança do capital humano que os filhos herdam dos pais. Nesse caso, na Teoria, a condição socioeconômica da família, diga-se: nível de instrução dos pais, renda familiar, experiências com trabalhos anteriores, local de moradia, condição de saúde e cultura irão influenciar na qualidade do investimento em capital humano despendido desde a idade tenra. Assim, percebe-se que a idéia burguesa de meritocracia é o que sustenta o discurso da Teoria do Capital Humano.

Tal discurso foi predominantemente sustentado até os anos 1980, pois, no contexto no qual o programa de pesquisa em capital humano iniciou seus trabalhos, em países capitalistas avançados, a economia prosperava, a mão de obra era constantemente absorvida em um mercado de trabalho crescente e estável, com ganhos reais e com desigualdades salariais contrabalanceadas pelo certo grau de segurança que as políticas de bem-estar e o sindicato proporcionavam em conjunto (BLAUG, 1993). Nesse contexto, a escola seria aquela variável que influenciaria a integração não só econômica, mas também civil, política e social dos indivíduos, com a presença de um vínculo 'quase linear' nas possibilidades de integração ao mercado de trabalho, em um cenário de relativo pleno emprego. Naquele cenário, o papel da escola era proporcionar o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão para integrá-lo na vida produtiva, e isso se dava através do ensino do raciocínio lógico, leitura e escrita, isto é, uma educação universal (GENTILLI, 2002).

Nos dias atuais, o discurso burguês de que a escola é um importante canal de investimento para o desenvolvimento do capital humano ainda tenta ser hegemônico. No entanto, as visões críticas argumentam que, atualmente, com um cenário econômico adverso que se exprime nas dificuldades de integração do trabalhador ao emprego. Segundo autores como Frigotto (1986); Gentili (2002); Almada Lima (2004) e Velasco (2007) a escola/educação perdeu sua função integradora (integrar o indivíduo ao mercado de trabalho) para desempenhar outra função distinta, que é a de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, proporcionando o aumento do 'potencial de inserção' deste no mercado de trabalho, ou seja, não garante integrar, mas sim, aumentar a empregabilidade do trabalhador.

As mudanças na função da escola também vão produzir impactos quanto à formação profissional do trabalhador. O famoso jargão, 'aprender fazendo' (FORD, 1967) era o lema da produção fordista na época. Nos fundamentos de Schultz



(1961), *training on-the-job* é uma forma de aquisição de capital humano. Segundo Becker (1964) as aptidões que o trabalhador possuía, com exceção àquelas trazidas do berço familiar, eram mais proveitosas se adquiridas no ambiente de trabalho. Nesse sentido, a formação profissional no local de trabalho era a fonte de capital humano no qual os teóricos creditavam maior importância. Porém, com as mudanças na função da escola, a formação do trabalhador que ocorreria com treinamentos dentro do ambiente das empresas (em detrimento a escola) deixa de ser exclusiva e sua aquisição passa a ser, em grande medida, orientada às escolas.

Segundo Gentili (2002), nessa mudança de função, a escola passa também a ser responsável por formar, capacitar e qualificar o trabalhador, através de uma educação tecnicista e preparatória para o trabalho. Dessa forma, a educação perde o seu caráter universal. Assim, com a ascensão do modelo de produção flexível nos anos 1980, a escola perde seu caráter integrador e o foco das ‘novas’ políticas de formação e capacitação profissional voltou-se para garantir o aumento da empregabilidade do trabalhador para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado passou a oferecer (GENTILLI, 2002).

Esta nova abordagem culmina com o segundo momento do programa de pesquisa em capital humano. Segundo Frigotto (1986, p. 136) nesse segundo momento do programa de pesquisa em capital humano, “A educação e a qualificação aparecem como panacéia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não-qualificação”. Na opinião de Frigotto (1986), o que está valendo é apenas que esse vínculo, entre educação e mercado de trabalho, importa mais em nível do aprendizado de habilidades, do desenvolvimento de atitudes funcionais para o processo produtivo, do que para a cidadania do indivíduo.

Portanto, o foco desta nova visão do programa de pesquisa em capital humano passa a se estender para o viés de ‘investir’ na empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece (VELASCO, 2007; ALMADA LIMA, 2004). Segundo Motta (2007), esta nova “perspectiva acortina o antagonismo de classe e busca cimentar a ideia de que a mobilidade social depende exclusivamente do esforço e mérito individual em promover o investimento no bem educacional” (MOTTA, 2007, p. 166). Almada Lima (2004) e Velasco (2007) consideram que com os mercados mais competitivos dentro de um sistema de produção flexível e poucas garantias de trabalho, as



possibilidades de um trabalhador obter uma inserção efetiva no mercado através da aquisição de mais conhecimentos e desenvolvimento de suas competências passam a ser parcas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do programa de pesquisa em capital humano que considera o indivíduo como espaço de investimentos, denominado de Teoria do Capital Humano, foi criada em um cenário de relativa estabilidade da economia norte americana, onde a economia contava com um mercado de trabalho de crescentes oportunidades, havia um vínculo linear entre a saída dos bancos escolares e a entrada no mercado de trabalho, com os trabalhadores executando suas tarefas e aprendendo profissões no local de trabalho, marca do modo de produção fordista que também esteve vigente na época.

Essa abordagem representa uma das discussões ortodoxas de analisar a aplicação da teoria econômica a questões sociais, tentando explicar, através dos pressupostos da economia neoclássica, o comportamento humano como resultado das escolhas, perspectivas, posturas, racionalidade e preferências individuais orientadas pela maximização da utilidade e limitadas pela renda, tempo e oportunidades. Nesse sentido, os postulados da Teoria do Capital Humano mostram uma conexão virtuosa na análise do papel da escola (indivíduos mais escolarizados) e a inserção dos indivíduos ao mercado de trabalho (inserção em melhores posições no trabalho e rendas mais altas).

No entanto, os críticos da teoria defendem que essa conexão virtuosa é difícil de sustentar nos dias atuais. Uma das críticas se refere ao papel que a educação adquiriu para se moldar aos ditames do mercado. Deixando de ser uma educação de garantia integradora e universal, para ser uma educação de garantias de aumento das possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de caráter tecnicista, voltadas para preparar o indivíduo para o mercado.

Portanto, para a teoria *mainstream*, a não inserção do indivíduo no mercado se dá devido a sua baixa empregabilidade (educação) e pouco esforço (mérito individual) para estar numa situação de emprego, apesar dessa idéia ser aceita de forma generalizada, para explicar o sucesso dos indivíduos/economias, a mesma



ainda recebe críticas. Segundo os críticos a visão *mainstream* acortina todo antagonismo existente na teoria, pois em tempos recente, mais capital humano, não garante inserção virtuosa no mercado de trabalho, apenas o aumento da empregabilidade, ou seja, aumenta a perspectiva de inserção na atividade laboral, sem garantias efetivas.

## REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. *Investment in Human Capital: A theoretical analysis*. *The Journal of Political Economy*, Volume 70, Issue 5, Part : Investment in Human Beings (Oct., 1962, 9-49. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c13571.pdf>. Acessado em 06 de maio de 2019.

BLAUG, Mark. **Metodologia da economia**. São Paulo. Edusp. 1993

BLAUG, Mark. **Introdução à economia da educação**. Porto Alegre. Editora Globo. 1975.

FORD, H. **Os princípios da prosperidade**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 2ª edição. São Paulo/SP: Cortez; Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

GENTILI, Pablo. **Educar para o Desemprego: a desintegração da promessa integradora**. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século*. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998 texto 2002.

MANKIW, N. Gregory. *A Contribution to the Empirics of Economic Growth*. *The Quarterly Journal of Economics* 107 (2): 407-437. 1992.

MINCER, Jacob. *Investment in human capital and personal income distribution*. *Journal of Political Economy*, v. LXVI, n. 4, p. 281-302, 1958.

MLA: **Prêmio Sveriges Riksbank em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel 1979**. NobelPrize.org. Prêmio Nobel Outreach AB 2022. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1979/summary/> Acessado em: 27 de jun. de 2022.

MLA: **Prêmio Sveriges Riksbank em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel 1992**. NobelPrize.org. Prêmio Nobel Outreach AB 2022. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1992/summary/> Acessado em: 27 de jun. de 2022.



MONTEIRO, Waleska de Fátima. **A metodologia neoclássica da teoria do capital humano**: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. Rev. Econ. Do Centro-Oeste, Goiânia, v.2, n.1, ed. 40-56, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/view/41412> Acessado em: 30 de abr. 2022

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social**: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

PIKKETY, Thomas. **A Economia das Desigualdades**. Rio de Janeiro, Intrínseca. 2015.

RAMOS, Carlos Alberto. **Introdução à Economia da Educação**. Rio de Janeiro, RJ. Alta Books. 2015.

SCHULTZ, Theodore W. **Investment in Human Capital**. American Economic Review 51. March, 1961.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo. Editora Nova Cultral. 1996.

TEIXEIRA, Pedro. **Jacob Mincer and the Centrality of Human Capital for Contemporary Labour Economics**. 2017. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.534.2669>. Acessado em 20 de março de 2017.

Submetido em 15/08/2023.

Aprovado em 15/12/2023.